



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 1.740, DE 2023**

**(Da Sra. Caroline de Toni)**

Altera-se a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 para dispor sobre o processo de homologação de terras indígenas.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-490/2007.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

**PROJETO DE LEI, DE 2023.**  
**(Da Sra. Caroline De Toni)**

Altera-se a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 para dispor sobre o processo de homologação de terras indígenas.

**Art. 1º.** Esta norma altera Lei nº Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 que dispõe sobre o Estatuto do Índio.

**Art. 2º.** O art. 19 da Lei nº Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 passa a vigorar acrescido de § 3º

**Art. 19 (...)**

**§ 3º** - A homologação presidencial prevista no §1º do art. 19 desta Lei será precedida de deliberação do Congresso Nacional, por meio de Projeto de Lei.

**Art. 3º.** Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.





## JUSTIFICAÇÃO

A legislação pátria constituiu uma redoma protetiva em torno dos índios brasileiros. A maior parte desse arcabouço legal fora constituído para disciplinar particularidades atinentes aos usos e costumes dos povos originários. Vale destaque o disposto no § 5º do art. 231 da Constituição Federal – que delega ao Congresso Nacional a prerrogativa de referendar a remoção de grupos indígenas das suas terras.

A medida, criada pelo constituinte originário, visava tão somente blindar os índios de ações precipitadas sem a devida avaliação do impacto direto e indireto. Nesse mesmo giro, a presente proposta visa robustecer o instituto da demarcação que, ao longo dos últimos anos vem sendo completamente desvirtuado do ponto de vista constitucional. Vale dizer que, o que antes existia para garantir segurança jurídica, é atualmente um imbróglio interminável e, pasmem motivo de barganha e demasiada ameaça à produção agrícola e industrial no país.

A presente alteração legislativa tem por finalidade garantir amplo debate, avaliando-se os estudos realizados e os impactos diretos e indiretos que recairão sobre todas as partes envolvidas. Por certo, um debate plural que envolve diretamente todos os estados da federação, proporcionará maior equidade e justiça e, certamente, estará em maior consonância com o art. 67 Dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), bem como o §





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC**

Apresentação: 10/04/2023 18:30:17.667 - MESA

**PL n.1740/2023**

1º, do art. 231 que, combinados, deixam cristalino o norte constitucional a ser dado para questão da demarcação indígena, qual seja: ocupação permanente em 1988 e, União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos, contados da publicação da Carta Magna.

Busca-se, portanto, assegurar que, tanto para a efetivação do direito às terras, quanto para remoção das populações indígenas de seus territórios, a participação do Congresso Nacional seja garantida antes da conclusão do processo.

Por estarmos convictos de a medida minimizará as incontáveis controvérsias sobre o assunto, contamos com o apoio dos nobres colegas para rápida aprovação da presente proposição.

Sala das sessões, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Deputada Caroline De Toni**  
**Partido Liberal/SC**



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973 Art. 19	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:197312-19:6001">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:197312-19:6001</a>

**FIM DO DOCUMENTO**